

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO**  
**ESTUDOS PRELIMINARES DE CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA**  
**DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**



**PROAD:189/2020**

## **1. Análise de Viabilidade da Contratação**

### **1.1 Objeto**

Aquisição de certificados digitais em nome do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região para as seguintes finalidades:

- Promover conexão segura aos domínios<sup>1</sup> terminados em .trt12.jus.br;
- Possibilitar assinatura via QR-Code utilizando o sistema JTe;
- Manter a integração do sistema sisconDJ<sup>2</sup> ao PJe.

### **1.2 Justificativa**

Usar certificado digital para o domínio Internet é fundamental para garantir a segurança dos usuários internos e externos do Tribunal, já que por meio dessa tecnologia garante-se aos visitantes que realmente estão acessando o site "original", e não uma cópia operada por fraudadores.

Esse certificado é um arquivo de computador que possui um conjunto de informações referentes à entidade para a qual o certificado foi emitido (seja uma empresa, pessoa física ou computador), mais a chave pública referente à chave privada que deve ser de posse, unicamente, da entidade especificada no certificado.

Assim, os sistemas disponibilizados na Internet incorporam protocolos, como o TLS, *Transport Layer Security* (em português: Segurança da Camada de Transporte),

---

<sup>1</sup> Endereço de site na Internet.

<sup>2</sup> Sistema de controle de Depósitos Judiciais do Banco do Brasil que, quando integrado, permite controle e geração de guias via PJe.

que conferem segurança de comunicação na Internet para serviços como e-mail, navegação por páginas https e outros tipos de transferência de dados.

Portanto, o uso de certificados digitais do tipo *Secure Socket Layer* (em português: Protocolo de Camada de Sockets Segura), SSL, demonstra que os sistemas do TRT12 valorizam a privacidade e integridade dos dados dos seus usuários. Um Certificado SSL protege as informações sensíveis dos seus clientes como nome, endereço, senhas e outras. Para tanto, as informações são criptografadas durante a transmissão de dados entre os dispositivos dos usuários e os equipamentos servidores do Tribunal.

Neste sentido, sistemas como o PJe nem funcionam sem certificados instalados nos equipamentos servidores.

Por outro lado, para segurança de sites, os certificados podem ser para domínio único, que só permitem ser usados em um site, ou para múltiplos domínios, wildcard, que podem ser usados em vários sites com a mesma terminação.

Além disso, os certificados ssl podem servir para estabelecer uma conexão segura entre duas instituições, como é o caso da exigência feita pelo Banco do Brasil, que só permite integração do sistema de depósitos recursais sisconDJ com o PJe se o Tribunal utilizar certificado válido compatível com o seu sistema.

Outra função dos certificados digitais é assegurar a identidade de uma pessoa ou instituição. Para tanto, no Brasil existe o e-CNPJ, que permite que uma máquina ou pessoa, desde que portadora de um token com certificado, assine em nome da instituição.

No caso do Tribunal, o sistema JTe utiliza um formato de e-CNPJ para assinar os documentos do PJe por meio de dispositivos móveis de magistrados e servidores, eliminando a necessidade de token.

Resumindo, pelos motivos expostos sabemos que o Tribunal já possui e precisa manter, por meio de nova aquisição, três tipos de certificados digitais em sua infraestrutura de TIC, que são:

- Um certificado ssl multidomínios para garantir acesso seguro ao domínio pje.trt12.jus.br e sites disponíveis no portal TRT12 como [www.trt12.jus.br](http://www.trt12.jus.br), intranet.trt12.jus.br pje.trt12.jus.br, gabinetevirtual.trt12.jus.br, entre outros;
- Um certificado ssl, do tipo ICP-Brasil, permitindo a Integração do sistema sisconDJ ao PJe.
- Um certificado e-CNPJ do tipo A1 para assinatura via QR-Code utilizando o sistema JTe.

### **1.3 Quantidade**

Conforme justificado, o tribunal precisa adquirir os seguintes certificados, com validade mínima de um ano:

- Renovação ou compra de um certificado ssl multidomínios, tipo Wildcard, internacional com criptografia de, no mínimo, 256 bits;
- Um certificado ssl para um domínio apenas, emitido por autoridade certificadora ICP-Brasil, com criptografia de, no mínimo, 256 bits, com validação presencial na Sede Administrativa do Tribunal;
- Um certificado digital A1 para Pessoa Jurídica do Tribunal, tipo e-CNPJ, com validação presencial na Sede Administrativa do Tribunal.
- Serviço de validação presencial para os certificados A1 ICP-Brasil

#### **Importante:**

O serviço de validação presencial está condicionado às imposições apresentadas na Resolução nº 130, de 19.09.2017, que disciplina estes serviços no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

### **1.4 Forma de prestação dos serviços**

Trata-se de serviços de tecnologia da informação e comunicação, onde o certificado, que é um código para computador, é emitido em nome do TRT/SC e tem validade definida, sendo necessário a troca no final do período.

Após a compra o certificado será emitido pela Autoridade Certificadora Raiz e encaminhado para o TRT12 por meio eletrônico.

Após o recebimento fica o tribunal responsável por verificar a autenticidade e colocar em uso nos equipamentos servidores do portal.

## **1.5 Levantamento das alternativas existentes**

Como já dito, o certificado digital funciona como uma identidade eletrônica para pessoas ou empresas. Ele equivale à uma carteira de identidade do mundo virtual. Assim, necessita de três partes confiáveis, o emissor, o autor e a Autoridade Certificadora.

Tecnicamente, o certificado digital consiste em um arquivo eletrônico, emitido por uma Autoridade Certificadora. Ela funciona como se fosse o DETRAN para a emissão de carteiras de habilitação: é a entidade responsável por verificar a identidade do titular antes de realizar a certificação, também conhecida como terceira parte confiável.

Por motivo de compatibilidade com os produtos de mercado para acesso à Internet<sup>3</sup>, a segurança dos sistemas do TRT12 devem utilizar certificados A1 do tipo SSL/TLS.

Assim, existem três soluções possíveis para sua implementação, a saber:

- A. Uso de certificados auto-assinados;
- B. Uso de certificado ICP-Brasil;
- C. Uso de certificado internacional.

### **1.5.1 Cenário 1 - Uso de certificado auto-assinado**

Como um certificado digital é um conjunto de chaves criptográficas armazenados em um arquivo digital, eles podem ser gerados em qualquer computador. Porém, para

---

<sup>3</sup> Os produtos de mercado para acesso à Internet são computadores, celulares, tablets e qualquer produto que tenha navegador ou qualquer outro programa que acesse sítios da rede por meio de endereços web.

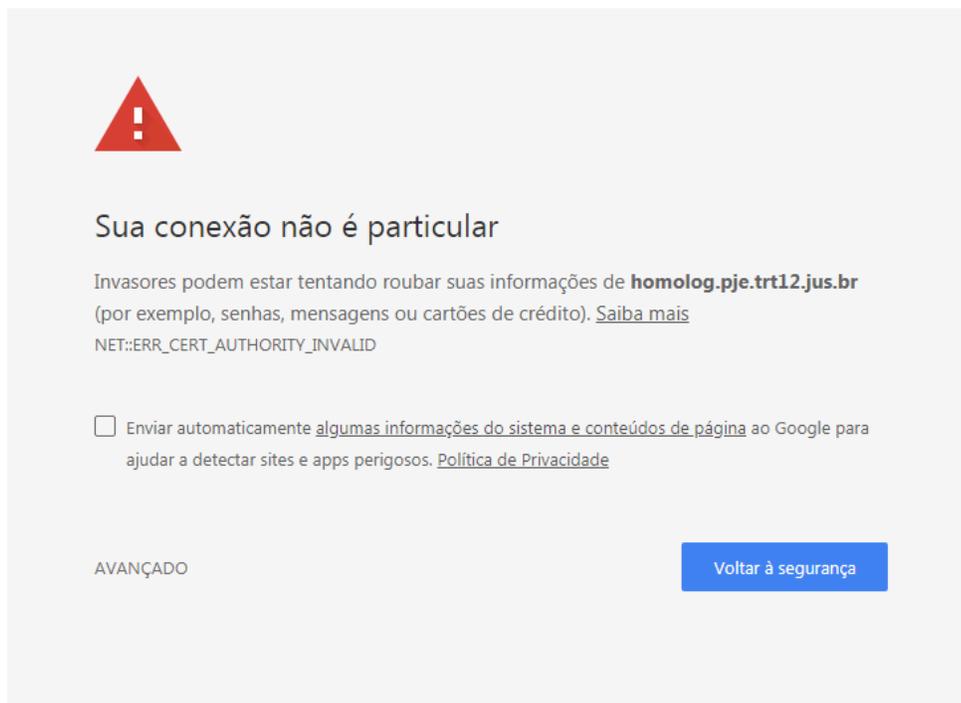
funcionar, precisam ser assinados, e, no caso de serem gerados de forma “caseira” a assinatura se dá na mesma máquina que os criou, o que chamamos de certificados auto-assinados.

Esse tipo de técnica é válido para ambientes de desenvolvimento e homologação, quando se deseja aprender a configurar certificados digitais ou até mesmo para gerar canais confiáveis de comunicação dentro de uma rede privada, mas não é indicado para uso em sistemas públicos.

Imagine se cada um pudesse emitir sua carteira de habilitação, podendo alterar qualquer coisa no documento, a foto, o nome, a digital. Usar certificado auto-assinado significa isso, que o próprio autor também é autoridade certificadora, e que, como o Tribunal não tem as condições para garantir a segurança da emissão dos seus certificados, pode ser copiada por outrem.

Além disso, o fato do Tribunal emitir os próprios certificados faz aparecer erro de segurança nos sítios Internet, pois os navegadores não conhecem o emissor, conforme ilustrado na Figura 1, abaixo.

Figura 1 - erro de certificado em sítio da web



### **1.5.2 Cenário 2 - Uso de certificado ICP-Brasil**

Neste caso, o certificado cumpre todos os requisitos de segurança necessários para ser usado em sistemas públicos. Contudo, às Autoridades Certificadoras que compõem o ICP-Brasil, em 2020, ainda não possuem acordos com os fabricantes de tecnologia e sua cadeia de certificados não vem instalada, por padrão, em mais de 90% dos produtos de informática do mercado.

Isso significa que, ao usar um certificado ICP-Brasil, para mais de 90% dos navegadores aparecerá a mesma mensagem de erro de um certificado autoassinado, como na Figura 1.

Aliando esse fato a complexidade para instalação da cadeia por parte dos usuários, entendemos que o certificado ssl que autentica os sites do Tribunal deve continuar com uma AC que esteja nativamente presente nos equipamentos e softwares mais utilizados, evitando mensagens de erro para usuários.

Por outro lado, os certificados para conexão com o sisconDJ do Banco do Brasil deve ser ICP-Brasil.

Assim, dois dos três certificados objetos desse estudo devem ser ICP-Brasil, a saber:

- Um certificado ssl para um domínio apenas, emitido por autoridade certificadora ICP-Brasil, com criptografia de, no mínimo, 256 bits, com validação presencial na Sede Administrativa do Tribunal;
- Um certificado digital A1 para Pessoa Jurídica do Tribunal, tipo e-CNPJ, com validação presencial na Sede Administrativa do Tribunal;

### **1.6.3 Cenário 3 - Uso de certificado Internacional**

Da mesma forma que os certificados icp-brasil, essa solução atende os requisitos de segurança para uso no TRT12.

Contudo, o uso do certificados emitidos por autoridade certificadora Internacional, como já mencionado, traz a vantagem de estar com a cadeia de certificação, por padrão, instalada nos equipamentos e dispositivos do mercado, não apresentando erros desde o primeiro acesso e sem necessidade de instalar nova cadeia ou cadastrar exceção no equipamento.

Assim, há mais transparência e segurança para o usuário que os cenários anteriores. Isso se dá porque existe acordo entre os fabricantes de produtos de informática e as autoridades certificadoras Internacionais, situação que não se repete com os componentes do sistema ICP-Brasil.

Outro requisito importante é sobre o sistema JTe, que permite consulta de informações e assinatura de documentos do PJe via celulares. Para esse aplicativo ser disponibilizado nas lojas de aplicativos do Android e da Apple é necessário que o Tribunal tenha certificado Internacional, pois, Tanto a Play Store quanto a App Store não aceitam certificados ICP-Brasil dos seus provedores de conteúdo.

Diante do exposto, recomenda-se fortemente que o certificado multidomínios continue internacional, até porque o TRT12 utiliza desde 2015 certificados internacionais para os sites externos.

## **1.6 Justificativa da escolha da solução**

Diante do exposto, como o uso de certificado auto-assinado (cenário 1), em que o TRT12 assume o papel de autoridade certificadora, fora da infraestrutura de chave pública internacional e brasileira, não é aceitável, pois traz insegurança ao uso dos sistemas de TIC.

Considerando que o certificado ICP-Brasil (cenário 2) é obrigatório para aquisição dos e-CNPJ, tanto em formato A3, token, quanto em formato A1, para computador, e ainda certificado ssl para conexão ao sistema sisconDJ, cujos usos não implicam em navegação.

Cabe ressaltar ainda que a emissão dos certificados ssl ICP-Brasil e e-CNPJ necessitam de uma visita técnica para coletar a assinatura da autoridade máxima do

TRT12, que é cobrada por muitos fornecedores, além de depender de agenda da presidente. Neste sentido, para evitar gastos e transtornos desnecessários, sugere-se aquisição de todos os certificados nacionais do mesmo fornecedor.

Contudo, produtos ICP-Brasil não tem seu emissor cadastrado, por padrão, nos produtos dos principais fabricantes de sistemas, ferramentas, softwares e navegadores para Internet, tais como: Microsoft Windows, Apple Iphone, Samsung Galaxy, Google Chrome, Mozilla Firefox, Java Virtual Machine (JVM), Adobe Acrobat Reader entre outros.

Esta característica, aparentemente simples, é muito importante pois evitará transtornos para os usuários e para o setor de suporte uma vez que descarta a necessidade de instalar em cada equipamento a cadeia ICP-Brasil, por isso, para servir ao PJe e demais domínios do Tribunal, como portal.trt12.jus.br, esta equipe recomenda o uso de certificado ssl multidomínios emitido por autoridade certificadora Internacional (cenário 3).

A escolha também se justifica por se tratar do melhor cenário para os usuários, que já estão acostumados a acessar os sítios e sistemas do Tribunal, com garantia de autenticidade por meio de certificado digital e sem ocorrência de erro ou necessidade de procedimentos complexos de configuração.

De acordo com as opções disponíveis para segurança de endereços na Internet, esta equipe define como soluções recomendadas a aquisição de certificados digitais conforme segue:

- Um certificado Internacional, ssl, multidomínios para garantir acesso seguro ao domínio pje.trt12.jus.br e sites disponíveis no portal TRT12 como www.trt12.jus.br, intranet.trt12.jus.br pje.trt12.jus.br, gabinetevirtual.trt12.jus.br, entre outros;
- Um certificado ICP-Brasil, ssl para um domínio apenas com criptografia de, no mínimo, 256 bits, com validação presencial na Sede Administrativa do Tribunal;
- Um certificado digital ICP-Brasil, A1, para Pessoa Jurídica do Tribunal, tipo e-CNPJ, com validação presencial na Sede Administrativa do Tribunal.

## 1.7 Especificação completa da solução escolhida

Aquisição de três certificados digitais, que deverão ser gerados até vinte dias antes dos vencimentos dos certificados em uso, conforme segue.

1.7.1 Certificado 1 - Um certificado multidomínios, tipo *wildcard*, para estabelecer conexão segura, ssl, com criptografia de, no mínimo, 256 bits. Para qualquer endereço de sítios na Internet com sufixo .trt12.jus.br, com vigência mínima de 2 (dois) anos, emitido por Autoridade Certificadora Raiz internacional, que venha instalada por padrão em computadores com sistema operacional Windows, telefones do tipo *smartphones* e dispositivos de computação móvel do tipo *tablet* com sistemas operacionais Android e IOS (Apple).

Vencimento em 20 de novembro de 2020

1.7.2 Certificado 2 - Um certificado ICP-Brasil, ssl para um domínio apenas com criptografia de, no mínimo, 256 bits, com validação presencial na Sede Administrativa do Tribunal

Validade até 03/07/2020.

1.7.3 Certificado 3 - Um certificado digital ICP-Brasil, A1, para Pessoa Jurídica do Tribunal, tipo e-CNPJ, com validação presencial na Sede Administrativa do Tribunal

Validade até 09/09/2020.

Observação: Os certificados 2 e 3 devem ser adquiridos do mesmo fornecedor para evitar mais de uma visita para coletar assinatura da autoridade máxima do Tribunal.

### **Importante:**

Como já dito, o serviço de validação presencial está condicionado às imposições apresentadas na Resolução nº 130, de 19.09.2017, que disciplina estes serviços no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## 1.8 Relação entre a demanda prevista e a quantidade adquirida

O Tribunal precisa adquirir três certificados digitais para equipamentos servidores em 2020, sendo um certificado SSL/TLS, emitido por Autoridade Certificadora Internacional, do tipo *wildcard*, que permitirá imprimir segurança de autenticidade para todos os sítios e sistemas do Tribunal. Especialmente o PJe e seus satélites, bem como ambientes de treinamento e homologação.

Um certificado ssl, ICP-Brasil, para manter a integração do sistema sisconDJ do Banco do Brasil com o PJe e, além disso, mais um certificados e-CNPJ, tipo A1 para assinatura de documentos via aplicativo JTe.

## 1.9 Considerações sobre os preços

### 1.9.1. Preço 1 - HZ Coworking Space - doc. 13

	Item 1 (Wildcard 24 meses)	Item 2 (A1 ICP Brasil)	Item 3 (E-CNPJ A1)	Item 4 (Validação Presencial no TRT para itens 2 e 3)
Preço	R\$ 2.350,00	R\$ 1.260,00	R\$ 221,00	R\$ 100,00

### 1.9.2. Preço 2 - AR SC Digital Certificadora - doc. 14

	Item 1 (Wildcard 24 meses)	Item 2 (A1 ICP Brasil)	Item 3 (E-CNPJ A1)	Item 4 (Validação Presencial no TRT para itens 2 e 3)
Preço	R\$1.046,51	*	*	-

\* A empresa disse não fornecer este tipo de certificado na primeira consulta.

### 1.9.3. Preço 3 - Pregão 659/2019 - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - doc. 15

	Item 1 (Wildcard 24 meses)	Item 2 (A1 ICP Brasil)	Item 3 (E-CNPJ A1)	Item 4 (Validação Presencial no TRT para itens 2 e 3)
Preço	R\$ 2.335,46	-	-	-

1.9.4. Preço 4 - Orçamento eletrônico por meio do site SSLStore para empresa RapidSSL Wildcard - doc. 16

	Item 1 (Wildcard 24 meses)	Item 2 (A1 ICP Brasil)	Item 3 (E-CNPJ A1)	Item 4 (Validação Presencial no TRT para itens 2 e 3)
Preço	R\$ 2.282,00	-	-	-

1.9.5. Preço 5 - Orçamento eletrônico por meio do site SSLStore para empresa EssentialSSL Wildcard - doc. 17

	Item 1 (Wildcard 24 meses)	Item 2 (A1 ICP Brasil)	Item 3 (E-CNPJ A1)	Item 4 (Validação Presencial no TRT para itens 2 e 3)
Preço	R\$ 1.705,00	-	-	-

1.9.6. Preço 6 - Orçamento eletrônico por meio do site SSLStore para empresa Comodo - doc. 18

	Item 1 (Wildcard 24 meses)	Item 2 (A1 ICP Brasil)	Item 3 (E-CNPJ A1)	Item 4 (Validação Presencial no TRT)
Preço	R\$ 1.639,00	-	-	-

1.9.7. Preço 7 - Site Certisign\* (e-CNPJ) - doc. 19

	Item 1 (Wildcard 24 meses)	Item 2 (A1 ICP Brasil)	Item 3 (E-CNPJ A1)	Item 4 (Validação Presencial no TRT)
Preço	-	-	R\$ 240,00	-

1.9.8. Preço 8 - Site Valid\* (e-CNPJ) - doc. 20

	Item 1 (Wildcard 24 meses)	Item 2 (A1 ICP Brasil)	Item 3 (E-CNPJ A1)	Item 4 (Validação Presencial no TRT)
Preço	-		R\$ 232,00	-

1.9.9. Preço 9 - Site Serasa Experian\* (e-CNPJ) - doc. 21

	Item 1 (Wildcard 24 meses)	Item 2 (A1 ICP Brasil)	Item 3 (E-CNPJ A1)	Item 4 (Validação Presencial no TRT)
Preço	-	R\$ 1.890,00	R\$ 229,00	-

1.9.10. Preço 10 - Validação de Organização - Symantec - doc. 22

	Item 1 (Wildcard 24 meses)	Item 2 (A1 ICP Brasil)	Item 3 (E-CNPJ A1)	Item 4 (Validação Presencial no TRT)
Preço	-	R\$ 3.396,00	-	-

1.9.11. Preço 11 - Validação de Organização - Geotrust - doc. 23

	Item 1 (Wildcard 24 meses)	Item 2 (A1 ICP Brasil)	Item 3 (E-CNPJ A1)	Item 4 (Validação Presencial no TRT)
Preço	-	R\$ 772,00	-	-

1.9.12. Preço 12 - Validação de Organização - Enterprise SSL Comodo

	Item 1 (Wildcard 24 meses)	Item 2 (A1 ICP Brasil)	Item 3 (E-CNPJ A1)	Item 4 (Validação Presencial no TRT)
Preço	-	R\$ 3.921,00	-	-

1.9.13. Preço 13 - AR SC Digital Certificadora - doc. 29

	Item 1 (Wildcard 24 meses)	Item 2 (A1 ICP Brasil)	Item 3 (E-CNPJ A1)	Item 4 (Validação Presencial no TRT para itens 2 e 3)
Preço	R\$ 1.400,00	R\$ 1.653,00	R\$ 199,00	R\$ 100,00

1.9.14. Preço 14 - Orçamento da empresa Certisign - doc. 30

	Item 1 (Wildcard 24 meses)	Item 2 (A1 ICP Brasil)	Item 3 (E-CNPJ A1)	Item 4 (Validação Presencial no TRT para itens 3)
Preço	R\$ 1.970,00	R\$ 1.890,00	R\$ 240,00	R\$ 0,00

1.9.15. Preço 15 - Orçamento da empresa Sectigobr - doc. 31

	Item 1 (Wildcard 24 meses)	Item 2 (A1 ICP Brasil)	Item 3 (E-CNPJ A1)	Item 4 (Validação Presencial no TRT para itens 3)
Preço	*	R\$ 1.890,00	R\$ 240,00	R\$ 0,00

\* A empresa disse não fornecer este tipo de certificado na primeira consulta.

Assim, podemos resumir os preços pesquisados, descartando os orçamentos repetidos, conforme o seguinte quadro:

Empresa	Item 1 (Wildcard 24 meses)	Item 2 (A1 ICP Brasil)	Item 3 (E-CNPJ A1)	Item 4 (Validação Presencial no TRT para itens 3)	Valor total da proposta
Preço 1 - HZ Coworking Space	R\$ 2.350,00	R\$ 1.260,00	R\$ 221,00	R\$ 100,00	R\$ 3.710,00
Preço 3 - Pregão 659/2019 - Min. da Prev. SOCIAL	R\$ 2.335,46*	-	-	-	
Preço 4 - RapidSSL	R\$ 2.282,00*				
Preço 5 - EssencialSSL	R\$ 1.705,00*				
Preços 6 e 12 - Comodo	R\$ 1.639,00*	R\$ 3.921,00*			
Preço 8 - Valid			R\$ 232,00*		
Preço 9 - Serasa Experian		R\$ 1.890,00*	R\$ 229,00*		
Preço 10 - Symantec		R\$ 3.396,00			
Preço 11 - Geotrust		R\$ 772,00			
Preço 13 - AR SC Digital Certificadora	R\$ 1.400,00	R\$ 1.653,00	R\$ 199,00	R\$ 100,00	R\$ 3.352,00
Preço 14 - Certisign	R\$ 1.970,00	R\$ 1.890,00	R\$ 240,00	R\$ 0,00	R\$ 4.100,00
Preço 15 - Sectigobr	**	R\$ 1.890,00	R\$ 240,00	R\$ 0,00	

\* Compra on-line com uso de cartão de crédito

\*\* Empresa optou em não fornecer preço para o item

Conforme apresentado, a empresa HZ Coworking, preço 1, não encaminhou os dados para faturamento do certificado no orçamento. Depois, quando o Tribunal solicitou essa informação, encaminhou dados de uma empresa que não se enquadra como ME/EPP, no caso, a Soluti, conforme doc. 32.

Mesmo após insistência sobre o assunto não veio explicação nem correção da proposta, motivo pelo qual optou-se pela não aquisição dos produtos por meio desse fornecedor, apesar de ser uma micro empresa e apresentar o menor preço para o item 2, certificado SSL do tipo A1 e ICP Brasil.

Identificando isso, por apresentar os valores dentro dos praticados pelo mercado, abaixo da maior parte dos preços pesquisados com empresas de porte maior, considerando também dispensar o preço da empresa Geotrust por não possuir escritório em Santa Catarina, trazendo dificuldades pra fazer a emissão do certificado ICP Brasil, optou-se por recomendar a aquisição dos certificados previstos nos itens 1, 2 e 3, bem como a visita para possibilitar a emissão dos certificados ICP Brasil, com a empresa AR SC Digital serviços de escritório Ltda, CNPJ: 24.916.803/0001-59, por R\$ 3.352,00.

Ressalta-se que o valor da compra é inferior a R\$ 80.000,00, o que implica exclusividade de participação de microempresas - ME e empresas de pequeno porte - EPP no processo. Além disso, cumpre lembrar que os itens 2 e 3, certificados ICP-Brasil, devem ser adquiridos do mesmo fornecedor, pois, além de economia, demandará ocupar apenas uma vez a agenda da autoridade máxima do TRT12 para emissão dos produtos<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> O serviço de validação presencial está condicionado às imposições apresentadas na Resolução n° 130, de 19.09.2017, que disciplina estes serviços no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A pesquisa de preços considerou validação presencial na Rua Esteves Júnior, 395, Centro, Florianópolis e custará R\$ 100,00.

### **1.10 Avaliação das necessidades de adequação do ambiente para viabilizar a execução contratual.**

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Necessidade de Alteração.</b>
01	Infraestrutura tecnológica	NÃO
02	Infraestrutura elétrica	NÃO
03	Logística de implantação	NÃO
04	Espaço Físico	NÃO
05	Mobiliário	NÃO
06	Impacto ambiental	NÃO
07	Liberação de acesso	NÃO

### **1.11 Modalidade e tipo de licitação (justificativa)**

Compra direta por menor preço, com exclusividade de participação de microempresas - ME e empresas de pequeno porte - EPP neste processo .

### **1.12 Estratégia de continuidade contratual**

Ao final das validades dos novos certificados o TRT12 deverá encontrar solução para substituir os atuais ou implantar soluções de TIC que não dependam dessa tecnologia.

Até lá, caso já haja seja fornecido, por padrão, nos equipamentos e sistemas de mercado a cadeia de certificação ICP-Brasil, deve ser avaliada a substituição do certificado multidomínios internacional por um nacional equivalente.

#### **1.12.1 Ações de contingência e seus respectivos responsáveis:**

a) Ação: Planejar compra tempestiva de novo certificado

Responsável: SETIC/SEINFRA

b) Ação: Garantir orçamento para aquisição de novos certificados:

Responsável: Administração do TRT12

### **1.13 Ações de transição e encerramento contratual**

A equipe da contratação deve manter-se atenta ao vencimento da validade dos certificados para, tempestivamente, pedir os recursos orçamentários e elaborar o processo de aquisição.

### **1.14. Equipe de gestão da contratação**

Será definida pela Direção da área Demandante, SETIC e SECAD.

### **1.15 Riscos**

Risco 1:

Parada de funcionamento de sistemas de TIC, especialmente o PJe, por motivo de vencimento do certificado TLS/SSL dos sítios do TRT/SC

Risco 2:

Fraude utilizando endereços de sistemas do TRT12 por motivo de utilização de certificado SSL auto-assinado em sítios externos como o Treinamento do PJe.

## 1.16 Disponibilidade orçamentária

A compra dos certificados, objetos deste estudo, está prevista no Plano Anual de Aquisições e Contratações do TRT12, PAAC 2020, sob identificadores 15254, 15270 e 15317.

Exercício do orçamento: 2020

Verba: Orçamento do TRT da 12ª Região

Natureza da despesa: GND3 (custeio)

Unidade Gestora do Orçamento: SETIC

O total da demanda orçamentária para a contratação é de R\$ 3.352,00, conforme detalhamento a seguir.

Itens	Descrição	Empresa	Preço
Item 1	Certificado Wildcard 24 meses	AR SC Digital	R\$ 1.400,00
Item 2	Certificado A1 ICP Brasil		R\$ 1.653,00
Item 3	Certificado A1 E-CNPJ ICP-Brasil		R\$ 199,00
Item 4	Validação Presencial no TRT para itens 2 e 3		R\$ 100,00
Total			R\$ 3.352,00

## **2. Assinaturas**

Florianópolis, 30 de junho de 2020.

### **Equipe de planejamento da contratação:**

#### **a) Integrantes Demandantes**

Titular: Anderson Bastos  
Cargo: Técnico Judiciário  
Ramal: 4125  
Email: anderson.bastos@trt12.jus.br

#### **b) Integrantes Técnicos**

Titular: Carlos Yoshinobu Une  
Cargo: Técnico Judiciário  
Ramal: 4106  
Email: carlos.une@trt12.jus.br

Substituto: Helton Alexander Michel  
Cargo: Técnico Judiciário  
Ramal: 4239  
Email: helton.michel@trt12.jus.br

#### **c) Integrantes Administrativos**

Titular: Arildo Disaró Filho  
Cargo: Técnico Judiciário  
Ramal: 4136  
E-mail: arildo.filho@trt12.jus.br

Substituto: Edson de Amorim  
Cargo: Técnico Judiciário  
Ramal: 4008  
E-mail: edson.amorim@trt12.jus.br